



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS**

RAYANA BARROS DA SILVA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO MÉDIO NOS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS.**

**ABAETETUBA-PA
2022**

RAYANA BARROS DA SILVA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO MÉDIO NOS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário-Abaetetuba, como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S586p Silva, Rayana Barros da.
Políticas educacionais: : um estudo sobre o ensino médio nos
municípios da região do Baixo Tocantins / Rayana Barros da Silva.
— 2022.
15 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento
Coorientador(a): Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals E Souza
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

1. Políticas educacionais. 2. Formação discente. 3. Ensino
médio. I. Título.

CDD 370

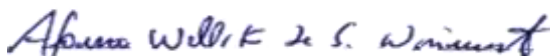
RAYANA BARROS DA SILVA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO MÉDIO
NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário-Abaetetuba, como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento
Orientador-UFPA

Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza
Examinador – UFPA

Aprovado em: 14/07/2022

Conceito: EXCELENTE

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO MÉDIO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS¹

Rayana Barros da Silva²

Resumo: As reflexões aqui contidas visam apresentar o trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão, Sociedade, Estado, Educação: ênfase nos governos municipais e educação do campo- GEPESEED, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UFPA CAMPI DO INTERIOR, que teve como objetivo investigar como se efetivam as políticas públicas educacionais de Ensino Médio na formação dos estudantes do campo e da cidade, em escolas públicas estaduais, nos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Concórdia do Pará, Moju e Tomé-Açu. A partir de estudo das legislações, das bases teóricas e análises de dados empíricos, tornou-se possível estabelecer compreensões sobre as mediações que se estabelecem na efetivação das políticas educacionais para a etapa do Ensino Médio. Nesse sentido, o estudo apontou a necessidade de a política educacional considerar aspectos da região, como um espaço socioeducativo e político, onde a concepção de educação garantida aos sistemas de ensino autonomia para formular os seus projetos políticos pedagógicos, com a participação da comunidade no processo de construção desses regulamentos, objetivando proporcionar aos estudantes uma escola que perspective garantir a referência em valores e princípios pautados não somente no trabalho, mas também, na cidadania e diversidade.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Formação Discente. Ensino Médio.

Introdução

A educação é um instrumento essencial para a formação do pensamento crítico, possibilita ao sujeito conhecer, compreender e resistir por seus direitos. Com base nesse conhecimento, o exposto resultou-se em decorrência de uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão, Sociedade, Estado, Educação: ênfase nos governos municipais e educação do campo (GEPESEED), no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sobre as políticas educacionais de Ensino Médio e sua efetivação na formação de estudantes da cidade e do campo nos municípios da região do Baixo Tocantins, dentre os municípios estudados estão Abaetetuba, Barcarena, Concórdia do Pará, Moju e Tomé-Açu.

Estudar sobre o processo de construção e efetivação das políticas educacionais é importante para entender o futuro da educação pública, além disso, torna possível realizar um apanhado documental sobre as legislações voltadas para o campo educacional no Ensino

¹ Artigo apresentado e publicado nos Anais do Fórum Internacional de Pedagogia (XII FIPED de 2021), sob a coautoria de: PINHEIRO, Daniele de Souza; NASCIMENTO, Afonso Welliton de Sousa e PEREIRA, Maria do Socorro Vasconcellos.

² Discente do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA.

Médio, na qual reside a pretensão de mostrar o papel que a educação ocupa na escola e na vida dos estudantes, que podem simbolizar conflitos, empoderamentos da juventude, participações que constituem o caráter da democracia e representações políticas nesse ambiente.

Dessa maneira, é de suma importância um olhar mais atento para o processo de ensino na rede pública, na medida em que busca mostrar a realidade de como ocorre o procedimento da política educacional que é desenvolvida dentro da escola.

Nesse sentido, objetivou-se investigar como se efetivam as políticas públicas educacionais de Ensino Médio na formação dos estudantes do campo e da cidade, em escolas públicas estaduais, nos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Concórdia do Pará, Moju e Tomé-Açu. Os municípios então, como esse território de encontro, de desenvolvimento de política e construção de cidadania, torna-se o referencial para que seja possível compreender a especificidade da dinâmica social da região do Baixo Tocantins.

Nessa perspectiva, o artigo busca, a partir das evidências contidas nos dados das políticas educacionais no Ensino Médio a questionar: Qual seria o papel das políticas públicas educacionais voltadas para essa etapa, desenvolvidas pelos municípios? Tendo em vista, compreender qual o reflexo dessas políticas na formação dos estudantes.

Dessa forma, o texto está estruturado em 4 (quatro) partes: a seção introdutória, que versa sobre a exposição do objeto problematizado e sua relevância histórica e acadêmica, a seção de referência teórico-metodológicas que comporta a referência do percurso investigativo empreendido e técnicas utilizados para subsidiar as análises e achados, são estabelecidas análises e reflexões sobre as referências teórico-conceituais e as bases legais que referendam e problematizam as políticas públicas para o Ensino Médio, a seção dos resultados, constituída de reflexões sobre as mediações que permeiam a efetivação das políticas, consolidadas a partir das evidências empíricas e a seção das conclusões com os achados parciais e transitórios da incursão inicial sobre o objeto problematizado.

Materiais e Métodos

A pesquisa se insere no âmbito da pesquisa social, pois é movida pelo desejo de conhecer a realidade social através do método científico. Segundo Minayo (1993, p.23): “a pesquisa social é uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”. Minayo (2010), completa afirmando que:

Compreendo como pesquisa social os vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica. [...]. Pesquisas nascem de determinado tipo de inserção no real, nele encontrando razões e objetivos (p.47).

O estudo se configura em uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, tendo em vista que a análise dos resultados foi constituída a partir de pesquisa bibliográfica, que subsidiou a análise empírica da efetivação das políticas educacionais de Ensino Médio, que segundo Oliveira (2007, p.69), “é caracterizada como uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico como: Livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos”, servindo como referência à fundamentação teórica da pesquisa, no intuito de nos aprofundar na temática, extraindo contribuições pertinentes para o desenvolvimento do artigo.

Conforme salienta Saviani (2008), a política educacional diz respeito às decisões que o poder público, isto é, o Estado, toma em relação à educação. Logo, implica em examinar o alcance das medidas educacionais tomadas pelo Estado brasileiro a partir dos limites e perspectivas da política educacional. Com isso, surgiu à necessidade de realizar a pesquisa documental, sobre as políticas educacionais no Ensino Médio, para compreender como esse desenvolvimento de políticas públicas na educação vem sendo aplicado nas escolas estaduais dos municípios do Baixo Tocantins.

Para melhor analisar o contexto das políticas educacionais, fizemos levantamentos de documentos como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Portaria nº 1.570/2017) e o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014).

Segundo Minayo (2010), o método quantitativo é importante para análise de magnitude de fenômenos. O uso desse método tem o objetivo, de trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática. Portanto, é o método mais adequado para a presente pesquisa, em consonância com Knechtel (2014), a pesquisa quantitativa:

É uma modalidade de pesquisa que atua sobre um problema humano ou social, é baseada no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico, com o objetivo de determinar se as generalizações previstas na teoria se sustentam ou não (p. 91-92).

Para empreender as análises foram coletados dados do Painel Educacional Municipal, que se constituíram em insumos para a construção das tabelas sobre ingresso e rendimento

dos estudantes, foco de análise para a apreensão sobre a efetivação da política pública de Ensino Médio dos municípios.

A política educacional na regulamentação oficial

Quando dialogamos sobre a educação, tendo como compreensão que é um direito de todos e reponsabilidade do Estado sua garantia, independente da região. A constituição Federal de 1988 assinala tal concepção no art. 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse sentido, todos tem o direito de ir à escola independente de cor, sexo, ideologia, religião e outros fatores, todavia temos conhecimento que, quanto mais distante dos grandes centros urbanos é o município, mais difícil é oferecer oportunidades de uma vida digna, porém não significa que o Estado deva se ausentar da garantia do acesso a uma educação de qualidade.

A Constituição de 1988 representou na história nacional a instituição do Estado democrático de direito. Conforme Barroso (2016, p.24), a “consolidação do mais longo período de estabilidade política na história do país”. Desta forma, através da afirmação dos direitos individuais, sociais e políticos, pautados na axiologia da dignidade da pessoa humana que preservam as conquistas incorporadas ao patrimônio da humanidade, e, ao mesmo tempo, realizam os valores e princípios sociais, democráticos e econômicos, como objetivos na construção de uma sociedade pluralista e inclusiva.

Em relação ao direito à educação, existe uma ampla delimitação do direito, da obrigação do Estado, da política educacional a ser desenvolvido, o financiamento de educação, ensino obrigatório, a expansão de educação, o compromisso com a oferta qualitativa de educação e responsabilidade solidária da sociedade.

Assim, de acordo com a LDB/96 a educação é um direito social, que abriga finalidades no oferecimento desse direito enquanto serviço destinado ao cidadão, conforme o artigo 22 e 35:

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Outro aspecto legal importante é o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014 (Lei 13.005, de 25/06/2014), tendo vigência de 10 anos. O PNE estabelece metas e diretrizes para a educação, na meta 3 correspondente ao Ensino Médio, é proposto a universalização do ensino para a população correspondendo a faixa etária da etapa na idade prevista, desse modo, a taxa de distorção idade-ano diminuiria ao longo dos anos:

Meta 3 – Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

O PNE significou um avanço na educação, no entanto, segundo Saviani (2020), essa política educacional sofreu um retrocesso com a aprovação da Emenda Constitucional N° 95, de 15/12/2016, conhecida como “PEC do fim do mundo” que congelou o aumento dos gastos públicos por 20 anos, e assim inviabilizou o cumprimento das metas e diretrizes do PNE até 2037.

Nesse contexto político educacional, no ano de 2017, é aprovada a Base Nacional Comum Curricular, sendo “Um normativo para os currículos das escolas públicas e privadas que propõe conteúdos mínimos para cada etapa da escolarização (BRASIL, 2017)”.

No Ensino Médio, a BNCC, deixa explícita a relação entre educação e trabalho, assim como, entre o conhecimento e a atividade prática. Constate a isso, de acordo com Saviani (2016), “O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho” (p. 79). Nesse sentido, a dimensão de formação para a cidadania como propõe a LDB ficaria em segundo plano.

Em consonância com Carneiro (2012), sobre a conceituação de região:

É um conceito dinâmico que, além de incorporar a combinação de elementos comuns (território, arranjos físicos, história e cultura), envolve a apropriação simbólica de uma porção de espaços que, na verdade, funcionam como interações sociais produtivas. Neste conceito irradiante articulam-se localidades centrais, dinâmica urbana e espaços rurais, todos como *locus* de produção. Neste conjunto, tempo (sucessão), espaço (acumulação) e meios de produção (relações prevaletentes) se conjugam para a conceituação de região como espaço socioeducativo (p. 63).

Nesse parâmetro, a região é um espaço socioeducativo e político, assim deveria ter um papel importante na definição das políticas para a educação básica, isso talvez implicasse na discussão e elaboração de políticas educacionais, projetos políticos pedagógicos, com a plena participação da comunidade, dessa maneira, a região, comunidade e escola seriam responsáveis por fazer outra educação, sendo de mais qualidade e não somente quantidade.

Resultados

A política educacional em municípios da região do Baixo Tocantins: as mediações da efetivação

A política educacional consiste nos princípios e políticas governamentais na esfera educacional, bem como no conjunto de leis e normas que regem o funcionamento dos sistemas educacionais.

Destarte, a análise do contexto da educação nos municípios do Baixo Tocantins evidencia a eficiência, no sentido de conseguir o melhor rendimento dos estudantes pelo atendimento das políticas educacionais, apresentada por meio dos quadros constituídos a partir de dados retirados do site Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Os quadros apresentam dados de matrículas e rendimentos dos estudantes em curso do Ensino Médio (1º ao 3º ano) nos municípios estudados, no período que compreende os anos de 2017 a 2019, para fins de lançar luz sobre o âmbito do atendimento dos sujeitos na realidade dos municípios estudados, cuja dimensão é indicador da forma como se efetiva a formação para os estudantes dessa etapa de ensino.

Quadro 1: Dados de matrícula e rendimento do Ensino Médio no município de Abaetetuba

ANO	MATRÍCULAS			APROVAÇÃO (%)			REPROVAÇÃO (%)			ABANDONO (%)			DISTORÇÃO IDADE-ANO (%)		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
1º	1.586	1.646	1.610	64,4	68,0	66,8	15,4	12,9	19,2	20,2	19,1	14,0	62,3	57,8	53,2
2º	1.142	1.209	1.247	80,1	80,3	78,8	10,8	9,9	9,8	9,1	9,8	11,4	63,1	56,3	52,4
3º	476	955	1.014	74,8	87,2	81,3	13,7	5,5	12,5	11,5	7,3	6,2	69,5	61,6	53,9

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do INEP

Nos dados do município de Abaetetuba é possível analisar que entre os anos de 2017 a 2019, houve crescimento nas matrículas do 2º ao 3º ano, porém, nota-se que no 1º ano de 2018 para 2019 houve uma pequena queda de matrículas.

Com relação ao índice de aprovação, no período de 2017 a 2018 aumentou em todos os anos de escolaridade, mas apresentou queda em 2019. Nos dados do 3º ano é possível perceber aumento de aprovação no ano de 2018 em relação a 2017, entretanto em 2019 nota-

se uma queda relevante de 5,9%, o que não justifica o aumento de matrículas de estudantes para o 3º ano.

Na reprovação, houve queda relevante em 2018 com relação a 2017 em todos os anos de estudo observados, porém houve aumento em 2019 entre os estudantes de 1º e 3º ano. No 2º ano o maior índice de reprovações registrado no período observado foi no ano de 2017 (10,8%), já no 3º ano, apesar da queda significativa no ano de 2018 ao se comparar com o ano de 2017, no ano de 2019 voltou a crescer elevando em 7 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

A taxa de abandono entre estudantes de 2º ano foi crescente no decorrer do período observado, porém ainda se apresenta elevada entre os estudantes de 1º e 3º ano apesar da diminuição gradativa no decorrer do período observado, considerando o registro do ano de 2017.

As taxas de distorção de idade-ano apesar de virem apresentando queda no decorrer do período observado entre o público de todos os anos do curso de Ensino Médio, ainda se apresentam como uma das taxas mais elevadas em decorrência do atendimento do serviço educacional resultante de toda a educação básica oferecida aos cidadãos.

Quadro 2: Dados de matrícula e rendimento do Ensino Médio no município de Barcarena

ANO	MATRÍCULAS			APROVAÇÃO (%)			REPROVAÇÃO (%)			ABANDONO (%)			DISTORÇÃO IDADE-ANO (%)		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
1º	2.083	1.920	2.026	65,5	67,4	68,6	15,9	11,1	12,8	18,6	21,5	18,6	60,6	63,7	58,4
2º	1.654	1.680	1.567	75,8	74,6	75,3	11,0	9,2	8,9	13,2	16,2	15,8	57,6	57,8	59,7
3º	1.426	1.538	1.503	77,6	83,0	80,8	8,8	4,2	7,7	13,6	12,8	11,5	57,3	56,7	54,5

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do INEP

Em relação aos dados do município de Barcarena, expostos no Quadro 2, é perceptível que as matrículas no último ano do Ensino Médio decaíram ao longo dos anos observados, em 2017 havia 2.083 estudantes matriculados no 1º ano, esse número reduziu para 1.426 no 3º ano. Nesse sentido, apesar da taxa de distorção idade-série ter diminuído no ano de 2019, atingindo a marca de 54,5% no 3º ano, ainda é significativo o número de jovens que não estão matriculados no 3º ano médio.

Dessa maneira, os dados evidenciam que o município encontra certa dificuldade no comprimento da meta 3 do PNE de aumentar a taxa de matrículas no Ensino Médio.

No que diz respeito, a taxa de reprovação e aprovação, percebe-se, uma diminuição de reprovação e aumento significativo de aprovações deste o ano de 2017 até o ano de 2019, em todos os anos do Ensino Médio, atingindo a marca de 80,8% no terceiro ano em 2019.

Conforme o Quadro 2, a taxa de abandono mostra que no ano de 2018 houve um aumento do percentual, no 1º e 2º ano, diminuindo no 3º ano. Em 2019 os percentuais de abandonos decrescem em todos os anos, alcançando 11,5% no 3º ano.

A taxa de Distorção idade-ano entre os estudantes no período de 2017 a 2019 apresenta percentuais elevados. Em 2018 há um aumento de 3,1% no 1º ano em comparação a 2017, enquanto no ano de 2019 há redução de 5,3%. Já o 2º ano apresenta um aumento gradual do percentual ao longo dos anos. O 3º ano evidencia um percentual alto, porém vem apresentando um decréscimo nos anos de 2018 e 2019. Nesse sentido, ao observar a taxa de distorção idade-ano é possível perceber, de acordo com a tabela, que há quedas substanciais dos percentuais no 1º e 2º ano, contudo mais da metade dos estudantes estão em série que não corresponde à sua idade.

Quadro 3: Dados de matrícula e rendimento do Ensino Médio no município de Concórdia do Pará

ANO	MATRÍCULAS			APROVAÇÃO (%)			REPROVAÇÃO (%)			ABANDONO (%)			DISTRORÇÃO IDADE-ANO (%)		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
1º	695	755	746	71,4	69,7	73,3	10,8	5,2	7,0	17,8	25,1	19,7	70,1	67,7	66,2
2º	691	619	667	78,5	78,4	77,3	9,1	4,1	4,4	12,4	17,5	18,3	65,1	69,5	66,0
3º	460	603	530	81,8	89,8	85,7	12,1	1,7	3,1	6,1	8,5	11,2	62,2	63,0	67,9

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do INEP

O município de Concórdia do Pará, exposto no Quadro 3, apresentou aumento de matrículas em todos os anos, mesmo oscilando entre os anos de 2018 e 2019, mas não havendo queda expressiva. Por exemplo, no 1º ano houve aumento no ano de 2017 para 2018, apresentando uma pequena queda em 2019. No 2º ano, apresentou queda somente entre os anos de 2017 a 2018, mas havendo crescimento em 2019. E a queda do 3º ano foi apenas em 2019.

No que diz respeito à aprovação, o 1º ano apresentou uma queda de 2017 para 2018, e uma melhora para 2019. No 2º ano a queda de reprovação foram poucas, mantendo o percentual maior de aprovação de 78,5% em 2017 e queda em 2019 com 77,3%. No 3º ano obteve o número de 81,8% em 2017, aumentou para 89,8% em 2018, e uma queda relevante em 85,7% em 2019.

As reprovações entre ambos os anos apresentaram números elevados em 2017 e queda entre 2018 e 2019. Em 2017, o 1º ano obteve percentual de reprovação de 10,8%, tendo queda em 2018 de 5,2% e aumento em 2019 para 7,0%. Já o 2º ano apresentou um número de 9,1%, uma queda ao comparar com 2018 com 4,1%, e um pequeno aumento entre 2018 e 2019 com 4,4%. O 3º ano apresentou quedas favoráveis ao comparar os anos de 2018 e 2019 com 2017.

A taxa de abandono apresentou aumento no 1º ano entre os anos de 2017 e 2018, e queda para o ano de 2019. No 2º ano não houve queda entre os anos, apenas aumentos. No 3º ano, também aumentos significativos no período observado.

A taxa de distorção de idade-ano manteve entre ambos os anos uma progressão superior a 60%.

Quadro 4: Dados de matrícula e rendimento do Ensino Médio no município de Moju

ANO	MATRÍCULAS			APROVAÇÃO (%)			REPROVAÇÃO (%)			ABANDONO (%)			DISTRORÇÃO IDADE-ANO (%)		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
1º	1.615	1.503	1.461	72,8	72,6	72,2	11,0	10,9	11,8	16,2	16,5	16,0	64,6	61,5	58,5
2º	1.300	1.294	1.260	77,7	79,7	78,5	10,0	6,7	7,9	12,3	13,6	13,6	64,0	62,4	60,5
3º	1.014	1.117	1.108	76,2	84,6	81,0	13,6	4,2	6,8	10,2	11,2	12,2	63,7	61,5	60,6

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do INEP

A análise sobre o município de Moju, como mostra o Quadro 4 revela que o 1º ano atingiu o número de 1.615 alunos matriculados no ano de 2017, enquanto o 3º ano atingiu 1.014 matrículas no mesmo ano, houve um decréscimo no número de matrículas no 3º ano médio, em comparação com o 1º e também o 2º ano, bem como a diminuição da taxa de distorção idade-ano, no ano de 2019 em todos os anos do Ensino Médio, assim o município segue a tendência, de acordo com os dados, do município de Abaetetuba e Barcarena.

Analisando a taxa de aprovação no ano de 2017 é possível perceber uma queda sequencial no 1º ano, e no decorrer dos anos um aumento de aprovações no 2º e 3º ano, enquanto a taxa de reprovação diminuiu no ano de 2018 no 1º, 2º e 3º ano, mas, aumentou no ano de 2019, saindo de 6,7% no 2º ano em 2018, para 7,9% em 2019, no 3º ano alcançou 4,2% no ano de 2018 e 6,8% em 2019.

Em relação à taxa de abandono houve um aumento de desistência conforme o passar dos anos, e pequenas oscilações nos números, conforme mostra o quadro, em 2017 o 1º ano atingiu o percentual de 16,2%, em 2018 16,5% e em 2019 diminui para 16%. No 2º ano em 2017 a taxa é de 12,3%, no ano de 2018 e 2019 eleva-se para 13,6%, e por fim no 3º ano atinge em 2017 o marco de 10,2%, o percentual gradualmente aumenta em 2018 para 11,2% e em 2019 alcança 12,2%.

Quadro 5: Dados de matrícula e rendimento do Ensino Médio no município de Tomé-Açu

ANO	MATRÍCULAS			APROVAÇÃO (%)			REPROVAÇÃO (%)			ABANDONO (%)			DISTRORÇÃO IDADE-ANO (%)		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
1º	1.586	1.646	1.610	64,4	68,0	66,8	15,4	12,9	19,2	20,2	19,1	14,0	62,3	57,8	53,2
2º	1.142	1.209	1.247	80,1	80,3	78,8	10,8	9,9	9,9	9,1	9,8	11,4	63,1	56,3	52,4
3º	476	955	1.014	74,8	87,2	81,3	13,7	5,5	12,5	11,5	7,3	6,2	69,5	61,6	53,9

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do INEP

Com relação ao município de Tomé-Açu ocorreu em ambos os anos um crescimento positivo em matrículas no 3º ano, sendo 476 matrículas em 2017 e 1.014 em 2019.

As aprovações em relação ao 1º ano obtiveram aumento entre 2017 e 2018, pequeno percentual de redução entre 2018 e 2019. Nos dados relacionados ao 2º ano manteve-se o número entre 80% em 2017 e 2018, e queda em 2019 com 78,8%. No 3º ano ocorreu um aumento significativo em 2018 e queda preocupante em 2019.

As reprovações oscilaram entre queda e aumento em ambos os anos, no 1º ano a queda foi traçada entre 2017 e 2018, e aumento em 2019. No 2º ano pequena queda de 2017 para 2018. Em 2019, manteve o número de 2018 com 9,9%. No 3º ano queda significativa entre os anos de 2017 e 2018 com redução de 8,2 pontos percentuais, porém, voltou a subir no intervalo de 2018 para 2019, com elevação de 7 pontos percentuais.

A taxa de abandono em ambos os anos apresentou queda, somente nos dados do 2º ano apresentou aumento no ano de 2019.

A taxa de distorção de idade-ano obteve queda em ambos os anos.

Nesse contexto, a partir da análise empírica que auxilia na elucidação das mediações presentes na efetivação das políticas de Ensino Médio na realidade dos municípios estudados é possível perceber, a priori, que por meio do discurso e da influência de programas educacionais exógenos à realidade dos municípios, a administração pública institui nos sistemas educacionais ações frágeis de responsabilidade do Estado para atendimento das classes populares, além da presença crescente de meritocracia, que desconsidera a diversidade das realidades econômicas que permeiam a educação pública em nível nacional, refletindo sobre a territorialidade regional e local.

Todavia, consideramos que se faz necessário, estudos mais aprofundados no lócus da pesquisa, para apreensão de outras determinações que envolvem objetos não contemplados neste estudo, como os fatores que levam a expressivas taxas de evasão escolar e percentual elevado na taxa de distorção idade-ano, para fins de compreender conflitos e desafios que são impostos na formação dos estudantes do Ensino Médio público brasileiro e da região tocantina, e com isso resistir enquanto sociedade na cobrança de um ensino de qualidade.

Conclusão

As políticas públicas são importantes ao estabelecimento de regras e procedimentos voltados ao atendimento de padrões de qualidade no oferecimento dos serviços públicos, bem como, na construção de expectativas e responsabilidade na relação estabelecida entre poder público e sociedade. A partir de definições claras as escolas poderão ter maior segurança na

compreensão sobre a estrutura e as funções necessárias que envolvem o atendimento das necessidades educacionais dos estudantes, com vistas à efetivação de uma aprendizagem para o longo da vida.

De acordo, com o estudo empreendido percebemos que o Ensino Médio na região do Baixo Tocantins, especificamente nos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Concórdia do Pará, Moju e Tomé-Açu, encontra certa dificuldade no cumprimento da Meta 3 do PNE de aumentar a taxa de matrículas nessa etapa de ensino, da mesma forma que distancia-se da diminuição das taxas de abandono e distorção idade-ano que são elevadas, embora venha melhorando na redução ao longo dos anos de 2017 a 2019, mas caminha a passos lentos.

Nesse contexto, consideramos que a efetivação das políticas educacionais de Ensino Médio para a formação dos estudantes, em escolas públicas estaduais nos municípios estudados ainda carece que a política educacional considere aspectos da região, como um espaço socioeducativo e político, onde a concepção de educação garanta aos sistemas de ensino e escolas uma maior liberdade para formular os seus projetos políticos pedagógicos, com a participação da comunidade no processo de construção desses regulamentos, com o objetivo de proporcionar aos estudantes uma escola que perspective garantir a referência em valores e princípios pautados não somente no trabalho, mas também, na cidadania e diversidade, a fim de que possamos almejar o alcance a uma educação de qualidade.

Referências

BARROSO, L. R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Final. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** [Internet]. Brasília (DF): Presidência da República, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. **Lei n. 9394; Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília (DF): 1996.

CARNEIRO, Moacir Alves. **O nó do ensino médio**. São Paulo: Vozes, 2012. p 57 - 81.

INEPDATA. **Painel Educacional Municipal**. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>. Acesso em: 25 set. 2020.

KANG, T. H. **Descentralização e financiamento da educação brasileira: uma análise comparativa, 1930-1964**. Rev, Estudos Econômicos, 2011.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Metodologia de pesquisa social em saúde**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2272311>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo. Hucitec, 1993.

Nascimento, Afonso Welliton de Sousa. **Política de ensino médio, formação e prática social: o caso do município de Abaetetuba – PA**, 2015.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SAVIANI, D. **EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular**. Movimento-Revista De Educação, 2016.

SAVIANI, Demerval. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas**. Campinas: Revista de Educação, 2008. Disponível em: https://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/documentos/ativ2_2014/breves/breves2012/politica%20educacional%20brasileira%20limites%20e%20perspectivas.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

SAVIANI, D. **Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência**. Roteiro, [S. l.], v. 45, p. 1–18, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.21512. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512>>. Acesso em: 01 abr. 2021.